



Número: **0808322-68.2020.8.18.0140**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **4ª Vara Cível da Comarca de Teresina**

Última distribuição : **27/03/2020**

Valor da causa: **R\$ 13.000,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
J. K. F. A. (AUTOR)		FERNANDO GUIMARAES ANDRADE (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
10199617	16/06/2020 15:48	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
9203196	10/04/2020 09:38	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
9189754	08/04/2020 16:42	<a href="#">Procuração</a>	Procuração
9189768	08/04/2020 16:42	<a href="#">procuração.jhonatas</a>	Procuração
9092166	02/04/2020 09:53	<a href="#">Decisão</a>	Decisão
9065131	31/03/2020 16:17	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
9019111	27/03/2020 19:58	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
9019114	27/03/2020 19:58	<a href="#">procuração.jonatan</a>	Procuração
9019116	27/03/2020 19:58	<a href="#">doc.1jonatan</a>	Documentos
9019119	27/03/2020 19:58	<a href="#">doc.2jonatan</a>	Documentos
9019121	27/03/2020 19:58	<a href="#">doc.3jonatan</a>	Documentos
9019122	27/03/2020 19:58	<a href="#">doc.4jonatan</a>	Documentos



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ**

**4ª Vara Cível da Comarca de Teresina DA COMARCA DE TERESINA**

**Praça Edgard Nogueira, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830**

**PROCESSO Nº:** 0808322-68.2020.8.18.0140

**CLASSE:** PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

**ASSUNTO(S):** [Acidente de Trânsito]

**AUTOR:** J. K. F. A.

Nome: JHONATHAS KAWAN FREIRE ALVES

Endereço: NAZÁRIA, 4320, PI 130, NAZÁRIA, NAZÁRIA - PI - CEP: 64415-000

**REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**

Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Endereço: Rua Senador Dantas, 74, - de 58 ao fim - lado par, Centro, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-205

**MANDADO**

O(a) Dr.(a) , MM. Juiz(a) de Direito da **4ª Vara Cível da Comarca de Teresina** da Comarca de TERESINA, MANDA o Oficial de Justiça designado que, em cumprimento ao presente Despacho-mandado, proceda a **CITAÇÃO/INTIMAÇÃO** **decisão abaixo**

**DESPACHO-MANDADO**

1. Considerando que a parte autora procedeu com a emenda da exordial, conforme determinado no despacho de id 9092166 e, em atenção à Resolução CNJ nº 318/2020 e à Portaria nº 1764/2020 - PJPI/TJPI/SECPRE, que ensejaram a momentânea suspensão das audiências de conciliação, sem prejuízo da ulterior abertura de sessão específica para tentativa de solução autocompositiva, CITE-SE a parte Ré para, no prazo de 15(quinze) dias, apresentar defesa, devendo constar da carta/mandado a advertência de que a ausência de contestação implicará no decreto da revelia e na presunção de veracidade dos fatos articulados na inicial.
2. **DETERMINO QUE O PRESENTE DOCUMENTO SIRVA, AO MESMO TEMPO, COMO DESPACHO E COMO MANDADO.**
3. Por este documento, fica o Oficial de Justiça que o portar autorizado a requisitar força policial para o cumprimento da diligência nele determinada. **CUMpra-se, na forma e sob as penas da lei.** Poderá o Oficial de Justiça, para o cumprimento da diligência do mandado, proceder conforme o disposto no § 2º do art. 212 do CPC.

TERESINA-PI, 16 de junho de 2020.

**LEONARDO LÚCIO FREIRE TRIGUEIRO**  
Juiz de Direito





**PROCESSO Nº: 0808322-68.2020.8.18.0140**  
**CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)**  
**ASSUNTO(S): [Acidente de Trânsito]**  
**AUTOR: J. K. F. A.**

**REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**

### **CERTIDÃO DE CONCLUSÃO**

Certifico que, nesta data, faço a conclusão do presente processo para despacho/decisão/sentença.

TERESINA-PI, 10 de abril de 2020.

**CARLA ALCANTARA SOARES**  
**Secretaria da 4ª Vara Cível da Comarca de Teresina**





**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA/PI.**

**PROCESSO Nº 0808322-68.2020.8.18.0140**

**JHONATAS KAWAN FREIRE ALVES**, devidamente qualificado nos autos do processo, em epígrafe, que se move em face de **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A** também devidamente qualificado, através de seu advogado, ao final assina, em atendimento ao despacho proferido por este Juízo em **02/04/2020**, vem, respeitosamente perante Vossa Excelência requerer a **JUNTADA** de nova procuração assinada pelo próprio Requerente.

Nestes termos,  
Pede deferimento.  
Teresina(PI), 08 de abril de 2020.

\_\_\_\_\_  
Fernando Guimarães Andrade –OAB/PI nº 14102



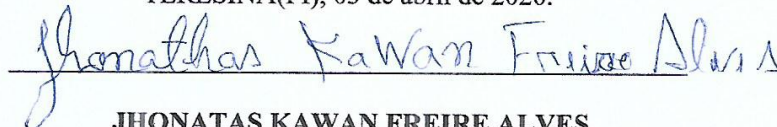
## PROCURAÇÃO.

**OUTORGANTE:** JHONATAS KAWAN FREIRE ALVES, brasileiro, estudante, portador do RG nº 4.718.992 SSP-PI, inscrito no CPF/MF sob o número 092.466.433-99, residente e domiciliado na PI 130, 4320, CEP 64.415-000, Nazária/PI;

**OUTORGADO:** FERNANDO GUIMARÃES ANDRADE, brasileiro, casado, advogado, OAB/PI Nº 14102, com escritório profissional localizado na Rua Eletricista Guilherme, nº 784, bairro Fátima, CEP 64.049-530, Teresina/PI;

**PODERES:** O(s) outorgante(s) nomeia(m) e constitui(em) o(a) outorgado(s), como seu(s) bastante(s) procurador(es), a quem confere(m) amplos e gerais poderes para o foro em geral, com a cláusula "ad judicium et extra", em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo, em conjunto e/ou separadamente, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, receber, dar quitação, transigir, firmar compromisso ou acordo, atuando também nas áreas de todos os Poderes Administrativos, sejam Federal, Distrito Federal, Estadual, Municipal, Autarquias, Fundos Especiais, Fundações Públicas, Empresas Públicas e Privadas, Sociedades de Economia Mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pelos poderes supracitados, contra estas propondo ações, recursos, impugnações e ou apresentado as competentes defesas, seja em autos de infrações, licitações, serviços ou quaisquer processos, em cujos procedimentos e recursos serão ilimitados até que para o(s) outorgante(s) seja o bastante, ou até decisões finais estabelecidas nas legislações pertinentes, sendo os presentes poderes extensivos às ações penais, queixa crime ou notícia crime, desde o início até ulterior decisão, tanto na defesa quanto na acusação, inclusive para ratificá-las nas respectivas delegacias de polícia e acompanhamento de inquéritos policiais, dando tudo por bom, firme e valioso, podendo substabelecer esta em outrem com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso.

TERESINA(PI), 03 de abril de 2020.



**JHONATAS KAWAN FREIRE ALVES**

**OUTORGANTE**

**CPF : 092.466.433-99**



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**4ª Vara Cível da Comarca de Teresina DA COMARCA DE TERESINA**  
**Praça Edgard Nogueira, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830**

**PROCESSO Nº:** 0808322-68.2020.8.18.0140

**CLASSE:** PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

**ASSUNTO(S):** [Acidente de Trânsito]

**AUTOR:** J. K. F. A.

**REU:** SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

**DESPACHO**

Preenchidos os requisitos legais, defiro o pedido de Gratuidade da Justiça, conforme requerido na vestibular.

Compulsando os autos, observo tratar-se de caso de assistência e não de representação, para suprimimento da capacidade do autor, porquanto já contava com mais de 16(dezesseis) anos à época da propositura desta ação. (art. 4º, I do Código Civil c/c art. 71 do CPC)

Destarte, considerando que o menor assistido também deve assinar o instrumento de procuração, INTIME-SE a parte autora para, no prazo de 15(quinze) dias, emendar a inicial, de sorte a regularizar a representação processual, SOB PENA DE EXTINÇÃO.

Caso suprida a deficiência supra apontada, em atenção à Resolução CNJ nº 313/2020 e à Portaria nº 1020/2020 - PJPI/TJPI/SECPRE, que ensejaram a momentânea suspensão das audiências de conciliação, sem prejuízo da ulterior abertura de sessão específica para tentativa de solução autocompositiva, CITE-SE a parte Ré para, no prazo de 15(quinze) dias, apresentar defesa, devendo constar da carta/mandado a advertência de que a ausência de contestação implicará no decreto da revelia e na presunção de veracidade dos fatos articulados na inicial.

**TERESINA-PI, 2 de abril de 2020.**

**LEONARDO LÚCIO FREIRE TRIGUEIRO**  
**Juiz de Direito**



**PROCESSO Nº: 0808322-68.2020.8.18.0140**  
**CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)**  
**ASSUNTO(S): [Acidente de Trânsito]**  
**AUTOR: J. K. F. A.**

**REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**

### **Certidão de Triagem**

Certifico que, nesta data, realizei a triagem e constatei a regularidade da representação processual da parte autora. Certifico ainda que não houve o pagamento das custas iniciais do processo, tendo em vista pedido de concessão de justiça gratuita, motivo pelo qual faço sua conclusão para despacho inicial.

TERESINA-PI, 31 de março de 2020.

**NATHALIA ARAUJO NOGUEIRA DE SOUSA**  
**Secretaria da 4ª Vara Cível da Comarca de Teresina**



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA \_\_\_\_\_ VARA CÍVEL DA CIDADE DE TERESINA/PI.**

**JHONATAS KAWAN FREIRE ALVES**, brasileiro, estudante, portador do RG nº 4.718.992 SSP-PI, inscrito no CPF/MF sob o número 092.466.433-99, neste ato representado por **SILVANO ALVES BATISTA**, brasileiro, casado, portador do RG nº 1157105 SSP-PI, inscrito no CPF/MF sob o número 453.915.213-00 residente e domiciliado na PI 130, 4320, CEP 64.415-000, Nazária/PI, através de seu advogado, conforme procuração que segue, em anexo, que ao final assina, vem, respeitosamente perante Vossa Excelência requerer

**AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT**

Em face de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 09.248.608/0001-04, com endereço na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, CEP 20031-205, Rio de Janeiro/RJ, pelos fatos e fundamentos adiante delineados, alicerçado nos seguintes fundamentos de fatos e jurídicos que passa a expor:

**PRELIMINARMENTE**

**DO BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA.**

Tendo em vista que o Requerente não possui condições financeiras de arcar com as custas e demais despesas processuais, sem que isso lhe acarrete prejuízo financeiro, para tanto com amparo, pede lhe seja concedida Assistência Judiciária Gratuita, nos termos do artigo 98, caput, do Novo Código de Processo Civil.

**DA COMPETÊNCIA DO FORO PARA JULGAR A PRESENTE AÇÃO.**

Conforme pudemos observar no comprovante de endereço anexado ao processo, apesar do Requerente residir na cidade de Nazária, contudo o acidente automobilístico sofrido pelo mesmo ocorreu em uma avenida (Henry Wall de Carvalho) localizada na cidade de Teresina/PI, conforme vem descrito no Boletim de Ocorrência juntado aos autos.

De acordo com o **artigo 53, inciso IV, alínea “a” do Novo Código de Processo Civil**, é competente o foro do lugar do ato ou do fato para a ação de reparação de dano, conforme veremos a seguir:

**Art. 53.** É competente o foro:

**IV - do lugar do ato ou fato para a ação:**

**a)** de reparação de dano;

Portanto, o foro de Teresina é competente para julgar a presente ação.

**DA PRIORIDADE NA TRAMITAÇÃO PROCESSUAL.**

O Requerente possui apenas 16 (dezesesseis) anos de idade, o que lhe garante prioridade na tramitação processual de acordo com o artigo 152, parágrafo 1º do Estatuto da Criança e Adolescente, conforme veremos a seguir:

**Art. 152.** Aos procedimentos regulados nesta Lei aplicam-se subsidiariamente as normas gerais previstas na legislação processual pertinente.

**Parág.1º**-É assegurada, sob pena de responsabilidade, prioridade absoluta na tramitação dos



processos e procedimentos previstos nesta Lei, assim como na execução dos atos e diligências judiciais a eles referentes.

## **I-DO MÉRITO.**

O Requerente foi vítima de acidente de trânsito no dia 01/09/2019, às 09:30 hs ao atravessar a Avenida Henry Wall de Carvalho, Angelim, nesta capital, quando foi atropelado por uma moto não identificada, conforme Boletim de Ocorrência que segue, em anexo (doc.\_\_\_\_). Lesionado, foi socorrido por Augusto de Sousa e encaminhado para UPA do bairro Promorar, conforme Prontuário nº **171132** e depois transferido ao Hospital da Polícia Militar, conforme Prontuário nº **509976**. Desse sinistro, de acordo com o laudo médico, que segue, em anexo (doc.\_\_\_\_), expedido pela **Drª. Liege Ribeiro Soares de Sampaio (CRM 4173)**, restou fratura completa, oblíqua, desalinhada, localizada na região metafisária distal do rádio, tal fratura ainda hoje persiste.

Ocorre que a parte Autora recebeu administrativamente (**Sinistro nº 3190674913**), o valor apenas de **R\$ 843,75 (oitocentos quarenta três reais e setenta cinco centavos)**, conforme resultado de consulta por beneficiário, valor este irrisório levando em consideração a quantidade de lesões e as consequências que as mesmas ocasionaram, conforme relatado anteriormente.

Tendo em vista as previsões legais da Lei nº 6.194/74, alterada pela Lei nº 11482/2007 (art. 8º), que criou o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causadores por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT), o Requerente faz jus à indenização financeira pelas seqüelas decorrentes do acidente de trânsito, ou seja, da invalidez permanente, conforme atesta os documentos médicos em apenso, no valor estabelecido conforme o art. 3º, inciso II e III, in verbis:

**Art. 3º.** Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

Vale ressaltar, que invalidez é a perda ou redução de funcionalidade de um membro ou órgão. Essa perda ou redução é indenizada pelo Seguro DPVAT quando resulta de um acidente causado por veículo e é permanente, ou seja, quando a recuperação ou reabilitação da área afetada é dada como inviável. A invalidez é considerada permanentemente quando a funcionalidade do órgão ou membro é afetada integralmente ou em parte.

A parte Autora está munida de todos os documentos comprobatórios exigidos pela legislação correspondente, tais como laudo médico e o boletim de ocorrência, conforme informando o artigo **5º da Lei nº 6.194/74**.

**Art. 5º.** O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

Não há que se falar em graduar a invalidez permanente, uma vez que há norma



regulamentadora que trata da presente matéria (Lei nº 6.194/74). **Frisa-se que, em se tratando de seguro pessoal, não se pode investigar quanto à proporção do prejuízo sofrido, pois a vida ou a redução da capacidade produtiva não é passível de perfeita estimativa econômica, consoante estabelece o art. 789 do novel Código Civil, o que atentaria ao princípio da dignidade humana.**

A nossa jurisprudência é pacífica no mesmo sentido:

**APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. DPVAT. INDENIZAÇÃO CORRESPONDENTE A VALOR CERTO E DETERMINADO - TARIFADO EM LEI PARA OS CASOS DE INVALIDEZ PERMANENTE. MEDIDA PROVISÓRIA 340/2006. PAGAMENTO PARCIAL. COMPLEMENTAÇÃO DO VALOR DEVIDO.** 1. Não há que se falar em graduar a invalidez permanente com base na Resolução n.º 1/75 de 03/10/75, editada pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, pois, em se tratando de norma regulamentar, não pode esta dispor de modo diverso da Lei n.º 6.194/74, de hierarquia superior. 2. A percepção dos valores referentes ao seguro DPVAT na esfera administrativa a título de liquidação de sinistro não importa em abdicar do direito de receber indenização tarifada, havendo saldo a ser satisfeito, resultante da diferença entre o valor recebido e aquele efetivamente devido em face do previsto em lei. 3. A parte autora possui direito à complementação do valor da indenização tarifado em R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), devendo ser abatido o valor atinente ao pagamento parcial efetuado na esfera administrativa, montante este que deve ser corrigido monetariamente pelo IGP-M, a contar daquele termo, acrescidos de juros moratórios a partir da citação. 4. Honorários advocatícios. Majoração para 15% do valor da condenação. Dado parcial provimento aos recursos. (Apelação Cível Nº 70028013035, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge Luiz Lopes do Canto, Julgado em 21/01/2009).

Apesar da parte Autora já ter recebido um valor administrativamente, nada impede o direito de pleitear em juízo, o recebimento da integralidade do valor devido, segundo entendimento pacífico dos nossos tribunais:

**AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO DE RESPONSABILIDADE CIVIL - DPVAT . AFASTADAS PRELIMINARES DE CARÊNCIA DE AÇÃO E ILEGITIMIDADE PASSIVA. ACIDENTE DE TRÂNSITO. [...]** Ainda assim, mesmo nos casos em que há pagamento parcial, sabe-se que a quitação é limitada ao valor recebido, não abrangendo o direito à **complção da indenização, cujo valor decorre de lei [...]** SENTENÇA MANTIDA. NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO. (TJ-RS - Recurso Cível: 71001544394 RS, Relator: Vivian Cristina Angonese Spengler, Data de Julgamento: 18/06/2008, Segunda Turma Recursal Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 23/06/2008).

Ementa: SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT.[...] **QUITAÇÃO OUTORGADA, AINDA QUE SEM QUALQUER RESSALVA, NÃO EXIME A SEGURADORA DO PAGAMENTO DA DIFERENÇA DEVIDA, POIS EVIDENTE A IMPOSIÇÃO DA IMPORTÂNCIA ESTABELECIDADA PELO ÓRGÃO REGULADOR EM DETRIMENTO DOS DIREITOS LEGAIS DOS BENEFICIÁRIOS DO SEGURO. RECIBO CUJO EFEITO CINGE-SE À COMPROVAÇÃO DA QUANTIA EFETIVAMENTE RECEBIDA.** RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO, PARA REDUZIR A CONDENAÇÃO AO PRINCIPAL DE R\$ 3.083,60, DEVIDO AOS AUTORES NA CONDIÇÃO DE CREDORES SOLIDÁRIOS DA MESMA. DE RESTO, CONFIRMADA A SENTENÇA POR SEUS



FUNDAMENTOS, E, INCLUSIVE, NOS CONSECUTÓRIOS LEGAIS INCIDENTES SOBRE O PRINCIPAL CONDENATÓRIO. (Recurso Cível Nº 71000638783, Segunda Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Mylene Maria Michel, Julgado em 23/03/2005).

**SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE.** Preliminar de ilegitimidade passiva rejeitada. A indenização atinente ao Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) pode ser exigida de qualquer seguradora integrante do consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as seguradoras que operam no referido seguro. Preliminar de falta de interesse processual rejeitada. **A quitação dada pelo autor não tem o condão de obstar o direito de cobrar a diferença entre o valor efetivamente indenizado e o previsto na Lei nº 6.194/74.** Preliminar de falta de documento imprescindível ao exame da lide, também repelida, diante dos documentos juntados aos autos. Estando presente o nexo de causalidade entre o acidente e a invalidez permanente da parte autora, reconhecida pela seguradora na seara administrativa, é de 40 salários mínimos o valor da indenização, segundo o artigo 3º, alínea b da Lei nº 6.194/74. A Lei nº 6.194/74, alterada pela Lei nº 8.441/92, é o único texto legal que confere competência para fixação dos valores das indenizações do seguro obrigatório, não havendo autorização legal que legitime as Resoluções do CNSP ou de qualquer outro órgão do Sistema Nacional de Seguros Privados para fixar ou alterar os valores indenizatórios cobertos pelo seguro obrigatório sobre danos pessoais causados por veículos automotores. À unanimidade, preliminares rejeitadas. Apelo desprovido, por maioria. (Apelação Cível Nº 70023291230, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Umberto Guaspari Sudbrack, Julgado em 23/04/2008).

**CIVIL. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). VALOR QUANTIFICADO EM SALÁRIOS MÍNIMOS. INDENIZAÇÃO LEGAL. CRITÉRIO. VALIDADE. LEI N. 6.194/74. RECIBO. QUITAÇÃO. SALDO REMANESCENTE.** I. O valor de cobertura do seguro obrigatório de responsabilidade civil de veículo automotor (DPVAT) é de quarenta salários mínimos, assim fixado consoante critério legal específico, não se confundindo com índice de reajuste e, destarte, não havendo incompatibilidade entre a norma especial da Lei n. 6.194/74 e aquelas que vedam o uso do salário mínimo como parâmetro de correção monetária. Precedente da 2ª Seção do STJ (REsp n. 146.186/RJ, Rel. P/ Acórdão Min. Aldir Passarinho Junior, por maioria, julgado em 12.12.2001). II. O recibo dado pelo beneficiário do seguro em relação à indenização paga a menor não o inibe de reivindicar, em juízo, a diferença em relação ao montante que lhe cabe de conformidade com a lei que rege a espécie. III. Recurso especial conhecido e provido. (REsp 296.675/SP, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, julgado em 20.08.2002, DJ 23.09.2002 P. 367).

**SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE.** Preliminar de falta de interesse processual rejeitada. A quitação dada pelo autor não tem o condão de obstar o direito de cobrar a diferença entre o valor efetivamente indenizado e o previsto na Lei nº 6.194/74. De acordo com o art. 3º da Lei nº 6.194/74, o pagamento da indenização está condicionado à prova do acidente e do dano. Caso em que a prova pericial demonstra que o autor não restou inválido. Complementação da indenização que não é devida. Apelo desprovido. (Apelação Cível Nº 70021060868, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Leo Lima, Julgado em 03/10/2007).





**SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. VALOR DA INDENIZAÇÃO. FIXAÇÃO EM SALÁRIOS MÍNIMOS. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA.** 1. A pretensão do beneficiário que busca a complementação do seguro DPVAT, nasce no momento do pagamento a menor. Prescrição afastada de ofício. 2. Existe lei específica que regula o Seguro Obrigatório, estipulando o valor de até 40 (quarenta) salários mínimos para indenizações no caso de invalidez permanente. 3. O Conselho Nacional de Seguros Privados não é competente nem para alterar os valores estipulados em lei ordinária, nem para estabelecer uma diferenciação de graduação de invalidez permanente que a Lei nº 6.194/1974 não estabelece. A quitação não tem o efeito extinguir o direito dos beneficiários de indenização paga a menor de virem a juízo reclamar a diferença que lhes é devida. 4. O artigo 3º, da Lei 6.194/74 não utilizou o salário mínimo como fator de atualização da moeda, pois, limitou-se a quantificar a indenização. APELO PROVIDO (Apelação Cível Nº 70020438214, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Paulo Sérgio Scarparo, Julgado em 29/08/2007).

**SEGURO DPVAT. INVALIDEZ. QUITAÇÃO DO VALOR RECEBIDO. PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO NOS LIMITES DA TABELA DO CNSP. VINCULAÇÃO DO VALOR AO SALÁRIO MÍNIMO. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA.** A renúncia só se opera quanto aos valores já recebidos, não atingindo a diferença a que ainda tem direito o autor. Não há falar em prescrição, que, no caso, se houvesse, deveria contar da data do pagamento parcial, uma vez que foi quando o autor teve ciência do resultado do processo administrativo, passando a ter direito à complementação postulada. É de 40 salários mínimos o valor da indenização para o evento invalidez, segundo o artigo 3º, letra a da Lei nº 6.194/74. A Lei nº 6.194/74, alterada pela Lei nº 8.441/92, é o único texto legal que confere competência para fixação dos valores das indenizações do seguro obrigatório, não havendo autorização legal que legitime as Resoluções do CNPS ou de qualquer outro órgão do Sistema Nacional de Seguros Privados para fixar ou alterar os valores indenizatórios cobertos pelo seguro obrigatório sobre danos pessoais causados por veículos automotores. Juros de mora de 1% ao mês, a contar da citação. Preliminares rejeitadas. Apelo provido, em parte. (Apelação Cível Nº 70020452140, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Umberto Guaspari Sudbrack, Julgado em 01/08/2007).

Portanto o Requerente, ao ajuizar a presente ação pleiteando pela complementação do valor pago administrativamente apenas exerce um direito garantido por lei, não lhe “falecendo” nenhum direito.

#### **DOS JUROS LEGAIS E DA CORREÇÃO MONETÁRIA**

Como já é sabido, a Lei nº 11482/07 em seu artigo 8º, fixou o valor para pagamento das indenizações no seguro obrigatório DPVAT, para até **R\$ 13.500,00** (treze mil e quinhentos reais) e desde então, esses valores jamais foram corrigidos, ou reajustados, sofrendo a INEVITÁVEL e progressiva deterioração pela inflação.

A correção monetária a partir da entrada em vigor da Medida Provisória nº 340, ou seja, a partir do dia 29/12/2006, data que os valores foram congelados e a partir daí, nunca mais teve reajustes, é medida que se faz urgente, para evitar o enriquecimento sem causa das sociedades seguradoras, em detrimento do contribuinte.



Alguns Tribunais Pátrios já perceberam essa defasagem e já estão determinando a correção desde a data da publicação da medida provisória, senão vejamos:

EMENTA:

AGRAVO REGIMENTAL EM APELAÇÃO CÍVEL. SEGURO DPVAT. APLICAÇÃO DA TABELA INTRODUTIDA PELA MP Nº 451/08. IMPOSSIBILIDADE. SINISTRO OCORRIDO ANTES DA SUA VIGÊNCIA. CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. DATA DA PUBLICAÇÃO DA MP Nº 340. RECOMPOSIÇÃO DA MOEDA. AGRAVO IMPROVIDO.

1. A Medida Provisória 451/08, que estabelece uma gradação do valor da indenização a depender da intensidade da deficiência sofrida, não se aplica ao presente caso, eis que posterior à ocorrência do sinistro.
2. Aplica-se a correção monetária a partir da publicação da MP nº 340, eis que desde essa data o valor da indenização não se alterou, mas o valor dos prêmios continuou sendo atualizado, propiciando, assim, a recomposição do valor da moeda.
3. Agravo regimental conhecido, mas improvido. (TJDFT, 2ª T. Cível, ac. 487.348, Des. J. J. Costa Carvalho, julgado em 2011).

APELAÇÃO CÍVEL. DPVAT. ACIDENTE OCORRIDO EM 25/04/07. VALOR DA INDENIZAÇÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA. 1. É APLICÁVEL A LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA DO DPVAT DA ÉPOCA DO ACIDENTE, QUE ESTABELECE A INDENIZAÇÃO NO VALOR DE R\$13.500,00 PARA A HIPÓTESE DE INCAPACIDADE PERMANENTE, TOTAL OU PARCIAL. 2. A CORREÇÃO MONETÁRIA INCIDE A PARTIR DA VIGÊNCIA DA MP 340/06, SOB PENA DE INACEITÁVEL INJUSTIÇA CONSISTENTE EM VALOR CORROÍDO PELA INFLAÇÃO E AGRAVADA PELOS FREQUENTES REAJUSTES DO PRÊMIO. (TJ-DF - APC: 20080710006606 DF 0000541-65.2008.8.07.0007, Relator: CRUZ MACEDO, Data de Julgamento: 12/09/2012, 4ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no DJE: 12/07/2013. Pág.: 154).

“(…) ‘Comprovada a debilidade permanente da função locomotora do membro inferior, ainda que em pequeno grau, nos termos da lei nº 6.194/74, a vítima faz jus ao recebimento da indenização.’ (APC 2007.01.1.032.743-9) 2. ‘Com base no princípio tempus regit actum, ocorrido o acidente em 01/02/2007, impõe-se a indenização no montante de R\$ 13.500,00 (art. 3º, da Lei 6194/74, com a redação dada pela Lei 11482/07), devidamente corrigido monetariamente, tomando, como início da fixação desse valor, a data da entrada em vigor da Medida Provisória nº 340, isto é, 29/12/2006.’ (APC 2007.10.1.004308-6) (...) (20070810070448APC, Relator ROMEU GONZAGA NEIVA, 5ª Turma Cível, julgado em 18/03/2009, DJ 06/04/2009 p. 101)”

“(…) Inadequada a interpretação, ainda que positivada em resolução do CNSP, quando há lei ordinária, portanto hierarquicamente superior, que não fez qualquer distinção quanto à gradação do valor da indenização de acordo com o ‘grau’ da debilidade permanente sofrida pela vítima. 4. Com base no princípio tempus regit actum, ocorrido o acidente em 01/02/2007, impõe-se a indenização no montante de R\$ 13.500,00 (art. 3º, da Lei 6194/74, com a redação dada pela Lei 11482/07), devidamente corrigido monetariamente, tomando, como início da fixação desse valor, a data da entrada em vigor da Medida Provisória nº 340, isto é, 29/12/2006.



(...).(20071010043086APC, Relator J. J. COSTA CARVALHO, 2ª Turma Cível, julgado em 19/11/2008, DJ 14/01/2009 p. 100)".

"APELAÇÃO CÍVEL. COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS INDISPENSÁVEIS À PROPOSITURA DA AÇÃO. NÃO CONFIGURAÇÃO. NEXO CAUSAL COMPROVADO POR OUTROS DOCUMENTOS. POSSIBILIDADE. A comprovação do nexo causal do acidente e das lesões pode ser feita por meio de outros documentos, quando ausente o registro de ocorrência perante a autoridade policial. CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. DATA DA EDIÇÃO DA MP 340/2006 (29/12/2006).

A indenização devida pelo seguro DPVAT, em caso de acidente ocorrido após as alterações perpetradas pela Medida Provisória 340/2006, deve ser corrigida monetariamente a partir da data de sua edição (29/12/2006), por se tratar de medida que visa à reposição inflacionária no período. RECURSO NÃO PROVIDO, COM ALTERAÇÃO, DE OFÍCIO, DA CORREÇÃO MONETÁRIA" (TJPR - 9ª C. Cível - AC - 1259547-4 - Paranavaí - Rel.: Vilma Régia Ramos de Rezende - Unânime - - J. 06.11.2014).

Portanto, é devido o pagamento da correção monetária sobre o valor da indenização.

## II-DO PEDIDO.

Diante do exposto requer:

- a)Que seja deferido o benefício da Justiça Gratuita;
- b)Que a presente ação seja julgada **PROCEDENTE**, condenando a Requerida ao pagamento da diferença no valor de **R\$ 12.156,25 (doze mil cento cinquenta seis reais e vinte cinco centavos) , acrescidos de juros e correção monetária;**
- c)Que a Requerida seja citada para prestar os devidos esclarecimentos, sob pena de revelia;
- d)Que a Requerida seja condenada ao pagamento de **20% (vinte por cento)** do valor da causa a título de custas e honorários advocatícios;
- e)Em caso de descumprimento da sentença, que seja aplicada multa diária;

Dá-se à causa o valor de **R\$ 13.000,00 (treze mil reais).**

Nestes termos,

Pede deferimento.

Teresina(PI), 27 de março de 2020.

---

Fernando Guimarães Andrade- OAB/PI nº 14102



## PROCURAÇÃO.

### OUTORGANTE:

Silvano Alves Batista, brasileiro, casado,  
CPF: 453.915.213-00, RG: 1.157.105, domiciliado na  
PI 130, 4320, Nazaré, representante legal de Jheneths  
Kauam Freire Alves, CPF: 092.466.433-93, RG: 9.718.992.  
\_\_\_\_\_;

**OUTORGADO: FERNANDO GUIMARÃES ANDRADE**, brasileiro, casado, advogado, OAB/PI Nº 14102, com escritório profissional localizado na Rua Eletricista Guilherme, nº 784, bairro Fátima, CEP 64.049-530, Teresina/PI;

**PODERES:** O(s) outorgante(s) nomeia(m) e constitui(em) o(a) outorgado(s), como seu(s) bastante(s) procurador(es), a quem confere(m) amplos e gerais poderes para o foro em geral, com a cláusula "ad judicium et extra", em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo, em conjunto e/ou separadamente, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, receber, dar quitação, transigir, firmar compromisso ou acordo, atuando também nas áreas de todos os Poderes Administrativos, sejam Federal, Distrito Federal, Estadual, Municipal, Autarquias, Fundos Especiais, Fundações Públicas, Empresas Públicas e Privadas, Sociedades de Economia Mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pelos poderes supracitados, contra estas propondo ações, recursos, impugnações e ou apresentado as competentes defesas, seja em autos de infrações, licitações, serviços ou quaisquer processos, em cujos procedimentos e recursos serão ilimitados até que para o(s) outorgante(s) seja o bastante, ou até decisões finais estabelecidas nas legislações pertinentes, sendo os presentes poderes extensivos às ações penais, queixa crime ou notícia crime, desde o início até ulterior decisão, tanto na defesa quanto na acusação, inclusive para ratificá-las nas respectivas delegacias de polícia e acompanhamento de inquéritos policiais, dando tudo por bom, firme e valioso, podendo substabelecer esta em outrem com ou ser reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso.



TERESINA(PI), 13 de Janeiro de 2020.

Silvano Alves Batista

**OUTORGANTE**

CPF: 453.915.213-00

**SERVENTIA EXTRAJUDICIAL DO 1º OFÍCIO**  
Registro de Imóveis - Notas - Títulos e Documentos - Pessoa Jurídica

Rua David Caldas, 495 - Centro - Teresina/PI - CEP 64001-190  
Contato: (86) 3221-7513 - tabco.com.br - tabco@uol.com.br  
Bela: Maria Elizabeth Paiva e Silva Muller

**RECONHEÇO POR AUTENTICIDADE A FIRMA DE SILVANO ALVES BATISTA NO DOCUMENTO PROCURAÇÃO PARTICULAR, EM TEST. DA VERDADE. DOU FÉ. TERESINA, 13/01/2020 08:51:27**

**SELO AAR30248 - AVB5 CONSULTE EM**  
[www.tjpi.jus.br/portalexta](http://www.tjpi.jus.br/portalexta)

**JANAINA PEREIRA DA SILVA - ESCRIVENTE**  
Emol: R\$ 3,85 TJ: R\$ 0,77 MR: R\$ 0,10 Selo: R\$ 0,26 Total: R\$ 4,98

**SERVENTIA EXTRAJUDICIAL DO 1º OFÍCIO**  
Notas - Registro de Imóveis 2ª Zona  
**Janaina Pereira da Silva**  
**ESCRIVENTE AUTORIZADA**  
Teresina - Piauí

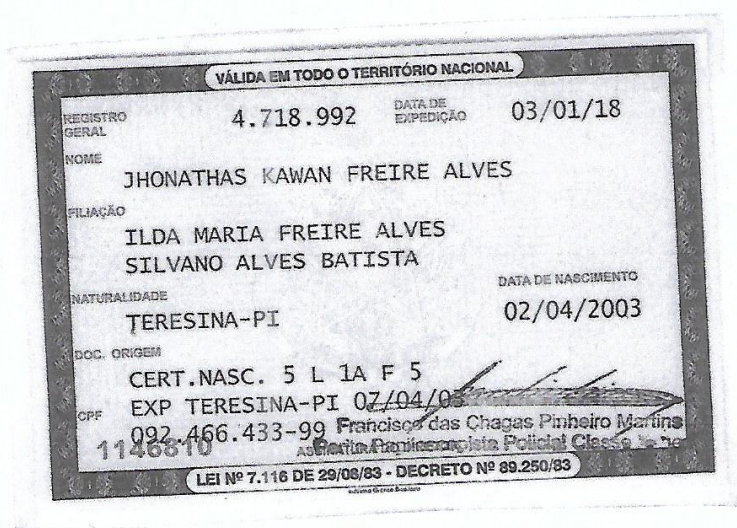


Assinado eletronicamente por: FERNANDO GUIMARAES ANDRADE - 27/03/2020 19:56:27

<http://tjpi.pje.jus.br:80/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20032719562397000000008610153>

Número do documento: 20032719562397000000008610153





**PROIBIDO PLASTIFICAR**

**1294869712**

**VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL**

**1294869712**

**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**MINISTÉRIO DAS CIDADES**  
**DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSTO**  
**CARTEIRA NACIONAL DE HABILITACÃO**

**RAIMUNDO VILARINHO BATISTA**  
**MARIA DE JESUS DA SILVA BATISTA**

**DOC. IDENTIFIC. / RG. BRASILEIRO**  
**1157105 SSP PI**

**CPF**  
**453.915.213-00**

**DATA NASCIMENTO**  
**04/11/1971**

**FLUXO**  
**RAIMUNDO VILARINHO BATISTA**  
**MARIA DE JESUS DA SILVA BATISTA**

**INSCRIÇÃO**  
**0218955407**

**VALIDADE**  
**08/08/2021**

**EXPIRAÇÃO**  
**20/06/1991**

**ASSINADO**  
**Silviano Alves Batista**

**DATA DE EMISSÃO**  
**12/09/2016**

**78144622000**  
**21311594575**

**DETRAN-PI (PNU)**







COMPANHIA ENERGÉTICA DO PIAUÍ  
Av. Maranhão 759 - Centro/Sul - Teresina - PI  
CNPJ: 06.840.748/0001-89 | Ins. Estadual: 19.301.383-5  
Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica - Série B-1  
Regime especial de impressão autorizada pela SEFAZ 05/98

Para contato  
consulte, informe  
esse NÚMERO!!

SEU CÓDIGO

1163406-5

Nº da Nota Fiscal 29023758

A Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada  
pela Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002.

CONTA MÊS  
OUTUBRO/2019 VENCIMENTO  
30/10/2019

CONSUMO (kWh) 308  
TOTAL A PAGAR (R\$) 406,32

SILVANO ALVES BATISTA  
PI PI 130 4320 2320 - NAZARIA  
CPF: 00045391521300  
CEP: 64.415-000 - NAZARIA

ROT: 116.081.16.10.468000

DADOS DA LEITURA		DATAS DA LEITURA	
Atual:	3408	Atual:	23/10/2019
Anterior:	3100	Anterior:	23/09/2019
Constante de Multiplicação:	1,000	Próxima Leitura:	22/11/2019
Consumo Medido:	308	Emissão:	22/10/2019
Consumo Faturado:	308	Apresentação:	23/10/2019
Forma de Faturamento:	NORMAL	Dias de Consumo:	30
Código de Irregularidade:		FCAM*	

DADOS DA UNIDADE CONSUMIDORA					
Classe/Subclasse	Ligação	Número Medidor	Posto	Código Fat.	Média 12 meses
RESIDENCIAL	MONO	A2015882		1.1.1.1	264

HISTÓRICO kWh  
Mês/ano consumo

SET/19 314  
AGO/19 259  
JUL/19 233  
JUN/19 318  
MAI/19 287  
ABR/19 266  
MAR/19 295  
FEV/19 264  
JAN/19 272  
DEZ/18 280

DESCRIÇÃO DA CONTA

CONSUMO 308 A R\$ 0,946175 = 291,42  
CONTR. ILUMINACAO PUB. (CCOSIP) 21,55  
PARCELAMENTO DE DEBITO 10/24 93,35  
ADICIONAL BANDEIRA AMARELA 3,52  
ADICIONAL BANDEIRA VERMELHA 2,86

TARIFA SEM TRIBUTOS:  
0 A 308 - 0,636143

### NOTIFICAÇÃO DE REAVISO DE VENCIMENTO / MENSAGEM

LIGUE 0800 086 0800 E FAÇA OPCAO VENCIMENTO 1 5 10 15 20 25  
Parabéns! Até o dia 22/10/2019, não constatamos faturas vencidas  
nessa Unidade Consumidora.

RESERVADO AO FISCO 3C0E.2BFA.24F7.ED51.F450.1B01.A934.2931  
COMPOSIÇÃO DA CONTA - R\$

COMPOSIÇÃO DA CONTA - R\$		IMPOSTOS/TRIBUTOS - R\$	
Distribuição:	57,30	Base de Cálculo:	291,42
Energia:	110,75	Alíquota ICMS:	27,00%
Transmissão:	18,73	Valor do ICMS:	78,68
Encargos:	9,17	Valor do PIS:	2,99
Tributos:	95,47	Valor do COFINS:	13,80

### INDICADORES DE CONTINUIDADE

	DIC			FIC			DMC		DICRI
	Mensal	Trimestral	Anual	Mensal	Trimestral	Anual	Mensal	Mensal	
Limite	7,66	15,33	30,65	3,61	7,23	14,45	4,31		
Realizado	0,00			0,00			0,00		
Coeficiente	NAZARIA						Período de atuação:	08/2019	RUSD: 91,71





GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ  
POLÍCIA CIVIL  
DELEGACIA DE REPRESSÃO AOS CRIMES DE TRÂNSITO - TERESINA - PI



BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Nº: 011114/2019

DADOS DO REGISTRO

Data/Hora Início do Registro: 19/11/2019 15:34 Data/Hora Fim: 19/11/2019 15:52  
Delegado de Polícia: Erika Mourao Melo de Aguiar

DADOS DA OCORRÊNCIA

Afeto: Delegacia de Repressão Aos Crimes de Trânsito

Data/Hora do Fato: 01/09/2019 09:30

Local do Fato

Município: Teresina (PI)  
Logradouro: av. henri wall de carvalho

Bairro: Angelim

Tipo do Local: Via Pública

Natureza	Meio(s) Empregado(s)
1223: LESÃO CORPORAL CULPOSA NA DIREÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR (Art. 303 Caput da Lei dos crimes de trânsito - CTB )	Veículo

ENVOLVIDO(S)

Nome Civil: JHONATHAS KAWAN FREIRE ALVES (VÍTIMA)

Nacionalidade: Brasileira Naturalidade: PI - Teresina Sexo: Masculino Nasc: 02/04/2003  
Profissão: Estudante  
Estado Civil: Solteiro(a)  
Nome da Mãe: Ilda Maria Freire Alves

Endereço

Município: Teresina - PI  
Logradouro: quadra 65, lote 10, casa b  
Bairro: promorar

Nome Civil: SILVANO ALVES BATISTA (COMUNICANTE)

Nacionalidade: Brasileira Naturalidade: PI - Palmeirais Sexo: Masculino Nasc: 04/11/1971  
Profissão: Comerciante  
Nome da Mãe: Maria de Jesus da Silva Batista

Endereço

Município: Teresina - PI  
Logradouro: quadra 65, lote 10, casa b  
Bairro: promorar

Nome Civil: DESCONHECIDO 1 (SUPOSTO AUTOR/INFRATOR)

Nacionalidade: Brasileira

Endereço

Município: Teresina - PI



Delegado de Polícia Civil: Erika Mourao Melo de Aguiar  
Impresso por: Almiralce Ribeiro Lebre Carlos  
Data de Impressão: 19/11/2019 15:52  
Protocolo nº: Não disponível

Página 1 de 2

PPe - Procedimentos Policiais Eletrônicos







GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ  
POLÍCIA CIVIL  
DELEGACIA DE REPRESSÃO AOS CRIMES DE TRÂNSITO - TERESINA - PI

BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Nº: 011114/2019

OBJETO(S) ENVOLVIDO(S)

Grupo Veículo

Subgrupo Motocicleta/Motoneta

Veículo Adulterado? Não

Quantidade 1 Unidade

Situação Meio Empregado

Nome Envolvido	Envolvimentos
Desconhecido 1	Possuidor

RELATO/HISTÓRICO

relata o noticiante que a vítima estava atravessando a avenida citada, quando foi atropelado por uma moto não identificada, onde o mesmo foi lesionado, socorrido por Carlos Augusto de Sousa, encaminhado para a UPA do promotor, posteriormente para o hospital da polícia militar. informações prestada pelo noticiante.

ASSINATURAS

Almiralce Ribeiro Lebre Carlos

escrivão

Matrícula 0097616

Responsável pelo Atendimento

*Silvano Alves Batista*

Silvano Alves Batista

(Comunicante)

\*Declaro para os devidos fins de direito que sou o(a) único(a) responsável pelas informações acima assentadas e ciente que poderei responder civil e criminalmente pela presente declaração que del origem, conforme previsto nos Artigos 339-Denúnciação Caluniosa e 340-Comunicação Falsa de Crime ou de Contravenção do Código Penal Brasileiro.\*



Delegado de Polícia Civil: Erika Mourao Melo de Aguiar  
Impresso por: Almiralce Ribeiro Lebre Carlos  
Data de Impressão: 19/11/2019 15:52  
Protocolo nº: Não disponível

Página 2 de 2

PPe - Procedimentos Policiais Eletrônicos





## PEDIDO DO SEGURO DPVAT

Escolha o(s) tipo(s) de cobertura: ☐ DAMS (DESPESAS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E SUPLEMENTARES) ☒ INVALIDEZ PERMANENTE ☐ MORTE

2 - Nº do sinistro ou ASL: **3190674913** 3 - CPF da vítima: **092.466.433-99** 4 - Nome completo da vítima: **Thonathas Kauan Freire Alves**

REGISTRO DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS E FAIXA DE RENDA MENSAL DA PESSOA FÍSICA (VÍTIMA/BENEFICIÁRIO/REPRESENTANTE LEGAL) - CIRCULAR SUSEP Nº 445/2012

5 - Nome completo: **Thonathas Kauan Freire Alves** 6 - CPF: **092.466.433-99**  
7 - Profissão: **Recuso-me** 8 - Endereço: **PI 330** 9 - Número: **4320** 10 - Complemento: **Casa**  
11 - Bairro: **Nazária** 12 - Cidade: **Nazária** 13 - Estado: **PI** 14 - CEP: **64.415-000**  
15 - E-mail: **186198821-4516** 16 - Tel.(DDD): **186198821-4516**

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL (PAIS, TUTOR E CURADOR) PARA VÍTIMA/BENEFICIÁRIO MENOR ENTRE 0 A 15 ANOS OU INCAPAZ COM CURADOR

17 - Nome completo do Representante Legal: **Silvano Alves Batista**  
18 - CPF do Representante Legal: **453.915.213-00** 19 - Profissão do Representante Legal:

Declaro, para todos os fins de direito, residir no endereço acima informado, conforme comprovante anexo (ANEXAR CÓPIA).

20 - RENDA MENSAL DO TITULAR DA CONTA:

☒ RECUSO INFORMAR ☐ R\$1.000,00 A R\$1.000,00 ☐ R\$2.501,00 ATÉ R\$5.000,00  
☐ SEM RENDA ☐ R\$1.001,00 ATÉ R\$2.500,00 ☐ ACIMA DE R\$5.000,00

21 - DADOS BANCÁRIOS: ☐ BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO ☒ REPRESENTANTE LEGAL DO BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO (PAIS, CURADOR/TUTOR)

☒ CONTA POUPANÇA (Somente para os bancos abaixo. Assinale uma opção)

☐ Bradesco (237) ☐ Itaú (341)  
☐ Banco do Brasil (001) ☒ Caixa Econômica Federal (104)

AGÊNCIA: **1607** CONTA: **045017** 5

(Informar o dígito se existir)

(Informar o dígito se existir)

AGÊNCIA: CONTA:

(Informar o dígito se existir)

(Informar o dígito se existir)

Autorizo a Seguradora Líder a creditar na conta bancária informada, de minha titularidade, o valor da indenização/reembolso do Seguro DPVAT a que eu tiver direito, reconhecendo e dando, desde já e somente após a efetivação do crédito, quitação total do valor recebido.

22 - DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE INVALIDEZ PERMANENTE

☒ Declaro, sob as penas da Lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal (IML) para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT (Lei nº 6.194/74), uma vez que:

- Não há IML que atenda a região do acidente ou da minha residência; ou
- O IML que atende a região do acidente ou da minha residência não realiza perícias para fins do Seguro DPVAT; ou
- O IML que atende a região do acidente ou da minha residência realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do pedido.

Solicito o prosseguimento da análise do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, por invalidez permanente, com base na documentação médica apresentada sem a apresentação do laudo do IML, concordando, desde já, em me submeter à análise médica presencial, caso necessário, às custas da Seguradora Líder para verificação da existência e quantificação das lesões permanentes decorrentes de acidente de trânsito causado por veículo automotor, conforme o disposto na Lei 6.194/74.

Declaro que esta autorização não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de contestar a avaliação médica, caso discorde do seu conteúdo.

DECLARAÇÃO DE ÚNICOS BENEFICIÁRIOS - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE MORTE

23 - Estado civil da vítima: ☐ Solteiro ☐ Casado (no Civil) ☐ Divorciado ☐ Separado Judicialmente ☐ Viúvo 24 - Data do óbito da vítima:  
25 - Grau de Parentesco com a vítima: 26 - Vítima deixou companheiro(a): ☐ Sim ☐ Não 27 - Se a vítima deixou companheiro(a), informar o nome completo:  
28 - Vítima teve filhos? ☐ Sim ☐ Não 29 - Se tinha filhos, informar Vivos: Falecidos: 30 - Vítima deixou nascituro (vai nascer)? ☐ Sim ☐ Não 31 - Vítima teve irmãos? ☐ Sim ☐ Não 32 - Se tinha irmãos, informar Vivos: Falecidos: 33 - Vítima deixou pais/avós vivos? ☐ Sim ☐ Não

Estou ciente de que a Seguradora Líder pagará, caso devida, a indenização do Seguro DPVAT por morte àqueles beneficiários que se apresentarem e provarem esta condição, estando ciente, ainda, de que qualquer omissão ou declaração não verdadeira poderá gerar a obrigação de ressarcir o valor recebido, além da responsabilidade criminal por infração do artigo 299 do Código Penal.

34

Impressão digital da vítima ou beneficiário não alfabetizado

35 - Nome legível de quem assina a pedido (a rogo)

36 - CPF legível de quem assina a pedido (a rogo)

37 - Assinatura de quem assina a pedido (a rogo)

38 - 1ª | Nome:

CPF:

Assinatura da testemunha

39 - 2ª | Nome:

CPF:

Assinatura da testemunha

40 - Local e Data:

**Teressina, 26/12/2019**

**Thonathas Kauan Freire Alves**  
41 - Assinatura da vítima/beneficiário (declarante)

43 - Assinatura do Procurador (se houver)

**Silvano Alves Batista**  
- Assinatura do Representante Legal (se houver)

3.001 V002/2019





(/)



Buscar no site

A  
COMPANHIASEGURO  
DPVATPONTOS DE ATENDIMENTO (/Pontos-de-  
Atendimento)CENTRO DE DADOS E  
ESTATÍSTICASSALA DE  
IMPRENSATRABALHE  
CONOSCO

CONTATO

Seguro DPVAT

## Acompanhe o Processo de Indenização

Nova Consulta

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados para parecer final é de 30 dias a contar da data de entrega da documentação completa.

## SINISTRO 3190674913 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA JHONATHAS KAWAN FREIRE ALVES

COBERTURA Invalidez

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO MEDIDA CORRETORA DE SEGUROS EIRELI - ME

BENEFICIÁRIO JHONATHAS KAWAN FREIRE ALVES

CPF/CNPJ: 09246643399

## Posição em 28-01-2020 11:54:10

Os dados bancários foram atualizados e a Seguradora Líder-DPVAT está providenciando uma nova tentativa de liberação dest. Por gentileza, volte a consultar seu processo neste site dentro de 4 dias.

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
28/01/2020	R\$ 843,75	R\$ 0,00	R\$ 843,75

## Histórico das correspondências enviadas

Data da Carta	Referência	Ver Carta
17/01/2020	NOVA TENTATIVA DE PAGAMENTO	(https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/zibqRGxrpsMrx6ZswhIapi_key=YRpHjzVJQ7d6yFt7Hy1naTkQLE9xGDvQLvBWxnICNAE=)
27/12/2019	NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS	(https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/a8onS2g9yWbX5Yfjzwxmapi_key=YRpHjzVJQ7d6yFt7Hy1naTkQLE9xGDvQLvBWxnICNAE=)
06/12/2019	ABERTURA DE PEDIDO DE SEGURO DPVAT	(https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/wSTIQzfHOrjXnnpnKWraQapi_key=YRpHjzVJQ7d6yFt7Hy1naTkQLE9xGDvQLvBWxnICNAE=)



HOSPITAL GERAL DO PROMORAR  
Av. Ulisses Guimarães s/n Promorar - Fone: 86 3215 9153  
TERESINA-PI CEP: 64075-450 CNPJ: 05.522.917/0028-90

## BOLETIM DE ENTRADA (BE)

### DADOS DO PACIENTE:

Nome:	JHONATHAS KAMAN FREIRE ALVES	Prontuário:	171132
Mãe:	ILDA MARIA FREIRE ALVES	Pai:	
End.Resid.:	QUADRA 55 LOTE 10 CASA B - PROMORAR - TERESINA - PI - CEP: 64000-000		
Nascimento:	02/04/2003	Idade:	16a4m29d
Sexo:	Masculino	Fone:	- -
Responsável:	O MESMO	CNS:	700006010084606
Profissão:		Documento:	Reg.Nasc:
G. Instrução:	Superior Completo	E.Civil:	Solteiro(a)

Imp: 01/09/2019 10:17:18  
User: POS JR  
Estação: CONSULTORIA

10 09 2019

### DADOS DO ATENDIMENTO:

Código:	469191	Entrada:	01/09/2019 10:01:56	Convênio:	S U S	Proced:	0301060029
Motivo da Procura (Conforme Paciente/Acomp):	ACIDENTE DE TRÂNSITO VÍTIMA À PÉ (PEDESTRE)						
Condução:							

### DADOS DA CLASSIFICAÇÃO DE RISCO:

Sinal/Sintoma de Apresentação:	Classificação:	Cor:
MAU ESTAR EM ADULTO	DOR MODERADA	Amarelo
Breve História Clas. Risco: REFERE LESÃO COM ESCORIAÇÕES NEGA DM, HAS NEGA ALERGIAS	ODETE MARIA COSTA SANTOS 574330 COREN-PI Em: 01/09/2019 10:05:30	

SSVV:	(Hora: ____:____)								
Peso:	0,00 Kg	Altura:	0,00 M	IMC:	0,00 Kg/m2	Pulso:	bpm	Pressão:	mmHg
<u>Queixa Principal / Dados Clínicos / Conduta:</u>									
B ; PUPNÉICO, TÓRAX EXPANSÍVEL, SEM RETRAÇÕES OU ABAULAMENTOS, AP : MV EM AHT SEM RA, AC ; RCR, 2T,SS, BNF.									
C : ESTÁVEL HEMODINAMICAMENTE, PULSO 80 BPM, ABDOME : PLANO, DEPRESSÍVEL, INDOLOR A PALPAÇÃO, SEM VSM . PELVE ESTÁVEL									
Diagnóstico Inicial:									CID:
?									
<u>Exames Complementares:</u>									
RX DE PUNHO DIREITO E ESQUERDO									
<u>Prescrição Médica:</u>									
1) DAPIRONA 01 AMP + AD, EV AGORA									
2) VOLTAREN 01 AMP IM AGORA									
3) MEDIR PA E GLICEMIA									
4) REAVALIAÇÃO DA CG									
<u>Motivo da Alta/Encerramento:</u>									
Observação									

*X 10/09/2019*  
Assinatura Paciente ou Responsável

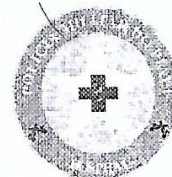
*10 09 2019*  
PEDRO OLIVEIRA DOS SANTOS JUNIOR  
crm pi 6091 Em: 01/09/2019 10:17:17







GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ  
POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ  
HOSPITAL DIRCEU ARCOVERDE  
SETOR DE ARQUIVO TÉCNICO



Confere com o(a) original  
foi apresentado(a) e dou  
Em, 14/11/19

Setor do Arquivo Técnico do  
*W. M. M.*  
Luis Henrique Vasconcelos Reis 1º TEN. PM  
Chefe do Arquivo Técnico do HPM PI  
RG: 105198193-2 Mat. 14493-9

NOME DO PACIENTE: Thonathas Kawane Freire Alves

NÚMERO DO PRONTUÁRIO: 509976

Obs: Não fornecemos 2ª via.

HPM - "Humanizando e Cuidando Bem de Sua Saúde."

**Piauí**  
GOVERNO DO  
DESENVOLVIMENTO

HOSPITAL DIRCEU ARCOVERDE - HPMPi  
Av. Higino Cunha, Nº 1642 - Bairro Ilhotas - Teresina-PI  
CEP 64.014-220  
Fones: (86) 3216-1520/3216 1528

**Saúde**  
Secretaria de Estado





LAUDO PARA SOLICITAÇÃO/AUTORIZAÇÃO DE MUDANÇAS DE PROCEDIMENTO E DE PROCEDIMENTO(S) ESPECIAL(AIS)	Nº LAUDO: 238336
	AIH: 2219101868490

#### IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO

ESTABELECIMENTO SOLICITANTE	CNES
UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS UPA PROMORAR	2679663
ESTABELECIMENTO EXECUTANTE	CNES
HOSPITAL DA POLICIA MILITAR DIRCEU ARCOVERDE - HPM	2323451

#### IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

CARTÃO SUS	NOME DO PACIENTE	NASCIMENTO	PRONTUÁRIO	SEXO
	JHONATAS KAWAN FREIRE ALVES	02/04/2003	509976	M
DOCUMENTO	TELEFONE	NOME DA MÃE	RESPONSÁVEL	
		ILDA MARIA FREIRE ALVES	ILDA MARIA FREIRE ALVES	
CEP	ENDEREÇO (LOGRADOURO)	NUMERO / LOTE		
	QUADRA 65 LOTE 10 CASA B	10		
BAIRRO	COMPLEMENTO	MUNICÍPIO		
PROMORAR		TERESINA		

#### PROCEDIMENTO PRINCIPAL

DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO PRINCIPAL	CÓD. PROCEDIMENTO PRINCIPAL
REDUÇÃO INCRUENTA DE FRATURA DIAFISARIA DOS OSSOS DO ANTEBRACO	0408020202

#### MUDANÇA DE PROCEDIMENTO

DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO - ANTERIOR			CÓDIGO
TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA DA EXTREMIDADE METAFISE DISTAL DOS OSSOS DO ANTEBRACO			0408020407
DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO - MUDANÇA			CÓDIGO
REDUCAO INCRUENTA DE FRATURA DIAFISARIA DOS OSSOS DO ANTEBRACO			0408020202
DIAGNÓSTICO INICIAL	CID 10 PRINCIPAL	CID 10 SECUNDÁRIO	CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS
FRATURA DA EXTREMIDADE DISTAL DO RADIO	S525		

#### SOLICITAÇÃO DE PROCEDIMENTO(S) ESPECIAL(AIS)

PROCEDIMENTO(S) ESPECIAL(AIS)

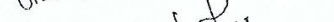
#### JUSTIFICATIVA DA SOLICITAÇÃO

PACIENTE COM FRATURA DE TRATAMENTO CONSERVADOR VIÁVEL.

#### PROFISSIONAL SOLICITANTE

NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE	ASSINATURA E CARIMBO (Nº REGISTRO DO CONSELHO)
FLAVIO MACIEL BARBOSA DE SANTANA COUTINHO	
CNS SOLICITANTE	DATA SOLICITAÇÃO
980016004035357	25/09/2019

#### AUTORIZAÇÃO

NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR			ASSINATURA E CARIMBO (Nº REGISTRO DO CONSELHO)
LUIZ EDSON DOS SANTOS COSTA			
CNS AUTORIZADOR	ORGÃO EMISSOR	DATA AUTORIZAÇÃO	
980016000055043		25/09/2019 10:13:42	

Luiz Henrique dos Santos Reis 1º TEN PM  
R.º PM 126198193-2/ Mai 14495-9  
Diretor do Setor do Arquivo Técnico





IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO

1. ESTABELECIMENTO SOLICITANTE H.P.M.	2. CNES 2323451
3. ESTABELECIMENTO EXECUTANTE H.P.M.	4. CNES 2323451

IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

5. NOME DO PACIENTE Jhonathan Kowen Freire Alves					
6. Nº PRONTUÁRIO 504976	7. CARTÃO NACIONAL SUS	8. DATA NASC 02/04/2002	9. SEXO: M/F M	DOCUMENTOS. RG	CPF
10.1 NOME DA MÃE Zilda Maria Freire Alves		10.2 NOME DO RESPONSÁVEL			
12.1 ENDEREÇO		12.2 BAIRRO		12.3 COMPLEMENTO	
ENDEREÇO LOCAL		BAIRRO LOCAL		COMPLEMENTO LOCAL	
11. TELEFONE DE CONTATO	13. MUNICÍPIO	14. IBGE	15. UF	16. CEP	

MUDANÇA DE PROCEDIMENTO

18. PROCEDIMENTO PRINCIPAL ANTERIOR / DESCRIÇÃO 7770 CLAVICULA DE FRATURAS DE OSSOS DO ANTERIOR		19. COD PROCED PRINCIPAL ANTERIOR / DESCRIÇÃO 0408020407	
20. MUDANÇA DE PROCEDIMENTO / DESCRIÇÃO Red. fract. radio		21. CÓDIGO MUDANÇA DE PROCEDIMENTO 0408020202	
26. DIAGNÓSTICO FRATURA DE RADIO	27. CID 10 PRINCIPAL 552.5	28. CID 10 SECUNDÁRIO	28. CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS
22. NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE		24. CNS/CPF	
23. DT SOLICITAÇÃO 04/09/2019		25. ASSINATURA E CARIMBO (Nº REG DO CONSELHO) Rafael Maciel B. de S. Coutinho Ortopedista e Traumatologista CRM-PR 3102	

PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

30. PROCEDIMENTO PRINCIPAL / DESCRIÇÃO		31. Cód DO PROCEDIMENTO PRINCIPAL	
32. DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL		33. CÓDIGO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL	
34. DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL		35. CÓDIGO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL	
36. DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL		37. CÓDIGO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL	
38. NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE		40. CNS/CPF	
39. DT SOLICITAÇÃO		41. ASSINATURA E CARIMBO (Nº REG DO CONSELHO)	

42. JUSTIFICATIVA DA SOLICITAÇÃO

+ Teste mulo com rotação normal.

AUTORIZAÇÃO

46. NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR		JUSTIFICATIVA DA "NÃO" AUTORIZAÇÃO	
47. DT. AUT 02/10/19	48. CNS/CPF Aurora Cruz Mendes Ass. de Auditoria DICA/FMS CRM-PR 1803 CPF: 03.118.173-04 CNS 20883396150038	49. ASSINATURA E CARIMBO (Nº REG DO CONSELHO)	
50. NOME DO PROFISSIONAL /PARECER CONTROLE DE AVALIAÇÃO / AUDITORIA		51. DT. AUT	
52. CNS/CPF		53. ASSINATURA E CARIMBO (Nº REG. DO CONSELHO)	
ASSINATURA DO PACIENTE OU RESPONSÁVEL:			







Nº. da Autorização de internação Hospitalar (AIH)

238336

**Identificação do Estabelecimento de Saúde**

1 - Nome do estabelecimento solicitante:	2 - CNES	Atendimen
HOSPITAL POLICIA MILITAR DIRCEUARCOVERDE	2323451	
3 - Nome do estabelecimento executante:	4 - CNES	1063374
HOSPITAL POLICIA MILITAR DIRCEUARCOVERDE	2323451	

### Identificação do Paciente

5 - Nome: JHONATHAS KAWAN FREIRE ALVES		6 - Prontuário: 509976	
7 - CNS: 700006010084606	8 - Nascimento: 02/04/2003	9 - Sexo: M	CPF: 092.466.433-99
11 - Mãe: ILDA MARIA FREIRE ALVES		12 - Fone: 86-9.95831744 / 999093684	
13 - Resp: ILDA MARIA FREIRE ALVES		14 - Cor: PARDA	
15 - Ender.: RAIMUNDO PORTELA DE 63 A 66 QD 0	PROMORAR	19 - CEP: 64027-150	
Munic: TERESINA	17 - Cod. IBGE: 221100	18 - UF: PI	RG: 47189-92

### Justificativa da Internação

20 - Principais Sinais e Sintomas Clínicos:

21 - Condições que justificam a Internação:


Redução no quesito

22 - Principais Resultados de Provas Diagnósticas (Resultado de Exames Realizados)

*Normal, Re + E pinto*

-Diagnostico Inicial: 24 - Cid Princ.: S528 25 - Cid Sec.: 26 - Cid C.Ass.:  
FRATURA DE OUTRAS PARTES DO ANTEBRACO 5525 0408030302


**Procedimiento Solicitado**

28 - Cod. Proced. 27 - Procedimento Solicitado:					Tempo S
0408020407 <input checked="" type="checkbox"/> TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA DA EXTREMIDADE / METÁFISE DISTAL DOS OSSOS DO ANTEBRAÇO					2
29 - Clínica: POSTO II	30 - Carater:: 02	Ident.: 1	31 - Documento: CPF	32 Doc. Med. Solic. 16778699841	 <p>Hênio Maciel B. de S. Coutinho Ortopedista e Traumatologista CRM-PI 3402 35 - Ass., Carimb. Med. Solicitante</p>
33 - Nome Profissional / Assistente LEANDRO PONCE LEAL			34 - Data de Solicitação: 01/09/2019		

**Preencher em caso de Causas Externas (Acidentes ou Violências)**

36 - ( ) Acidente de Trânsito.					39 - CNPJ Seguradora:		42 - Nº. Bilhete.		41 - Serie	
37 - ( ) Acidente de Trabalho Típico.					42 - CNPJ Empresa:		43 - CNAE. Empresa		44 - CBOR.	
38 - ( ) Acidente de Trabalho Trajeto.										
45 - Vínculo com a Previdência. ( ) Empregado ( ) Empregador ( ) Autônomo ( ) Desempregado ( ) Aposentado ( ) Não Segurado.										

### Autorização

46 - Nome do Profissional Autorizador		47 - Data Autorização.		
48 - Documento	49 - Num. Documento	103.173-21 Mai 14495-9 Setor do Arquivo Técnico		

51 - Assinatura Paciente ou Responsável.	Usado: JACQUELINE.ALMEIDA Consulta Local: Consulta SUS: Impressão 16:29:21
--	---







Polícia Militar do Piauí  
HOSPITAL DIRCEU ARCOVERDE



FOLHA DE INTERNAÇÃO

INTERNOU-SE NO HOSPITAL		FICHA DE PRONTUÁRIO		01/09/2019	
SIM <input type="checkbox"/>	NÃO <input type="checkbox"/>	Nome: JHONATHAS KAWAN FREIRE ALVES		Pront.: 509976	
IDEM OUTROS HOSPITAIS		Nasc.: 02/04/2003 Sexo: M	Convênio: SUS - INTERNACAO		
SIM <input type="checkbox"/>	NÃO <input type="checkbox"/>	Atendimento: 1063374	Enfermaria: POSTO II	ENF 214 LEITO	Leito: 214
CLÍNICA		Pai: SILVANO ALVES BATISTA			
		Mãe: ILDA MARIA FREIRE ALVES			
Médico Assistente		RG: 4718992			
		Residência:			
Permanência		RAIMUNDO PORTELA DE 63 A 66 QD 65 LTB 10 CASABOMBAR			
		Nr.: 0			
CLÍNICA		Cidade: TERESINA			
		Cep: 64027150			
		Telefone: 86 - 995831744			
Histórico Clínico, Registro das Palavras do Doente e Todos os Achados de Exames a Que Foi Submetido.					
Trauma no antebraço dir Rx: fratura radio					
DIAGNÓSTICO					
Provisório: fratura radio				CID S528	
Principal:				CID	
Procedimento: Redução suc. fratura radio					
Sintomas e Sinais Principais				Causa Médica	Histo - Patológico:
TRATAMENTO					
Tipo:		Terapêutica Médica		Operação	
<input type="checkbox"/> Nenhuma <input checked="" type="checkbox"/> Médico <input type="checkbox"/> Cirurgia <input type="checkbox"/> Médico Cirúrgico		red. imediata + pen		Flávio Maciel B. de S. Coutinho Ortopedista e Traumatologista CRM-PI 3102	
				<input type="checkbox"/> Nenhuma <input checked="" type="checkbox"/> Médico <input type="checkbox"/> Cirurgia <input type="checkbox"/> Médico Cirúrgico	
DURAÇÃO					
Data/Hora de Internação 01/09/2019 16:27:45		Data da Alta: 05/09/2019		Data da Hospitalização 1/1	
ALTA					
Saída		Transferência		Óbito	
<input type="checkbox"/> Curado <input type="checkbox"/> Melhorado <input type="checkbox"/> Inalterado <input type="checkbox"/> A Pedido <input type="checkbox"/> Internação p/ Diagnóstico		<input type="checkbox"/> Fisiologia <input type="checkbox"/> Psiquiatria <input type="checkbox"/> Outros		<input type="checkbox"/> Ocorrido nas primeiras 48 horas em estado agônico ou pré-agônico <input type="checkbox"/> Ocorrido nas primeiras 48 horas sem apresentar estado agônico ou pré-agônico <input type="checkbox"/> Ocorrido nas primeiras 48 horas de internação	
<input type="checkbox"/> Divisão Médica <input type="checkbox"/> Por Indisciplina <input type="checkbox"/> Evasão <input type="checkbox"/> P. Ambulatório					
THE ____/____/____		Assinatura: _____			

Flávio Maciel B. de S. Coutinho  
RQPM 105198193-2/ Mai 14495-9  
Chefe do Setor do Arquivo Técnico

"Humanizando e Cuidando Bem da Sua Saúde"  
Av. Higino Cunha, 1642 - Fone: (86) 3216-1256 - Fax: (86) 3216-1520  
CEP: 64011-090 - Teresina - PI CNPJ: 07.444.150/0002-95 CMC: 025.272.9





GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ  
POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ  
HOSPITAL DIRCEU ARCOVERDE



BOLETIM DE ANESTESIA

DN. 02104103

DATA: 04/09/19  
Nº DO PRONTUÁRIO: 500976 SALA: 08  
CÓD DA CIRURGIA: 0108020748

NOME: Jonathan Kawan Freire Alves Idade: \_\_\_\_\_ Sexo: MA  
PROCEDIMENTO: Redução e encurtamento de tendão do Apt/Enf e Leito: 2141031  
CIRURGIÃO: Flávio ANX: \_\_\_\_\_ ANEST.: Flávio ANESTESIA: Sedação  
INSTR.: Belson CIRC.: Entende INÍCIO: \_\_\_\_\_ FIM: \_\_\_\_\_ SALA: 08  
P.A. \_\_\_\_\_ F.C. \_\_\_\_\_ PESO: \_\_\_\_\_ Hto: \_\_\_\_\_ Glicemia: \_\_\_\_\_ Creatina: \_\_\_\_\_ Resplr: \_\_\_\_\_

ASISTE BALANÇO	OXIGENIO	SEQUÊNCIA
1 <u>Propofol</u> <u>50mg</u>		
2 <u>Atarbut</u> <u>30mg</u>		
	<u>SESO.</u>	
REDUÇÃO VOLEMICA		
	<u>14:30</u>	
MONITORIZAÇÃO		
SaO <sub>2</sub> (%)	<u>100</u>	
E.C.G.	<u>100</u>	
ETCO <sub>2</sub> (mmHg)	<u>40</u>	
X INÍCIO E FIM DA ANESTESIA VFA L PA MÉDIA		
• FREQUÊNCIA CARDÍACA AFA INSTÁVEL		
TEMPERATURA		
DIURESE (ml)		

Técnica Anestésica: Sedação 1+2

Comentários Adicionais: A NP4 em queixo

MONITORIZAÇÃO: ☒ ECG ☒ Oxímetro ☐  
☐ PAM ☐ Capnógrafo ☐  
☒ PANI ☐ PVC ☐

Gases	Unid	Início	Fim	Tempo
Oxigênio	<u>3</u>			
N <sub>2</sub> O				
Ar Medic				

Medicamentos Utilizados

Adrenalina _____ Amp	Dolantina _____ Amp	Midazolam _____ Fr	Propofol _____ ml _____ Amp
Água dest. 10ml _____ Amp	Droperidol _____ Amp	Metronidazol _____ Fr	Ranitidina _____ Amp
Atropina _____ Amp	Efortil _____ Amp	Noccalina Paa 0,5% _____ Amp	Quelidina _____ Amp
Bextra _____ Amp	Efredim _____ Amp	Narcan _____ Amp	Quetamina _____ ml
Bromoprida _____ Amp	Enflurano _____ ml	Novabupr 0,5% _____ Fr	Remifentanil _____ Fr
Cafazolina 1g _____ Fr	Fentanil _____ ml	Nubain _____ Amp	Ringer lactado _____ Fr
Cefazolina _____ Fr	Fentanil (S/C) _____ Amp	Noccalina % V _____ Fr	S. Fisiológ. 0,9% _____ ml _____ Fr
Ciprofloxacina _____ Fr	Helotano _____ ml	Noccalina 0,5% Isobar _____ Amp	S. Glicosado 5% _____ ml _____ Fr
Clonidin _____ Amp	Hidrocortisona _____ ml	Neostigmina _____ Amp	Scalp n° _____ Und
Colóide ( ) _____ Fr	Isoflurano _____ ml	Omeprazol _____ Fr	Tracur _____ Amp
Dexametazona _____ Amp	Isco n° _____ Und	Ondasetrona _____ Amp	Tilatil _____ Fr
Diazepam _____ Amp	Lidocaina % V _____ Fr	Poliso Gel _____ Fr	Tiopental _____ Fr
Dimorf _____ mg _____ Amp	Metaclopramida _____ Amp	Pancurônio _____ Amp	
Dipirina _____ Amp	Manitol _____ Fr	Profenid _____ Fr	

Anestesiologista-CRM

[Assinatura]





GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ  
POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ  
HOSPITAL DIRCEU ARCOVERDE



BOLETIM DE CIRURGIA

DATA: 04 / 09 / 19  
Nº DO PRONTUÁRIO 509976 SALA 08  
CÓD DA CIRURGIA: 0408020345

Descrição da Cirurgia:

Amputação geral, ecrato, redução  
e confecção do ortopédico

Dr. Márcio B. de S. Coutinho  
Ortopedista e Traumatologista  
CRM-PI 3102

Cirurgia:

Cirurgião:

1º Auxiliar:

2º Auxiliar:

3º Auxiliar:

Instrumentador:

Circulante:

Amputação geral, ecrato, redução  
e confecção do ortopédico

Dr. Márcio B. de S. Coutinho  
Ortopedista e Traumatologista  
CRM-PI 3102

Flávia Nascimento Reis  
Técnica em Enfermagem  
CONCREME 000.124.00

Flávia Nascimento Reis  
RGPM 105158193-21 Mat. 14495-9  
Chefe do Setor do Arquivo Técnico

COREN-PI 1221





POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ  
HOSPITAL DIRCEU ARCOVERDE

"Humanizando e Cuidando Bem de Sua Saúde"

PEDIDO: 164318  
PACIENTE: JHONATHAS KAWAN FREIRE ALVES  
NOME DA MÃE: ILDA MARIA FREIRE ALVES  
DATA DO NASCIMENTO: 02/04/2003  
MÉDICO SOLICITANTE: CRM  
DATA DA REALIZAÇÃO: 02/09/2019  
DATA DO LAUDO: 10/09/2019  
CONVÊNIO: SUS - INTERNACAO

### RADIOGRAFIA DO ANTEBRAÇO DIREITO EM DUAS INCIDÊNCIAS

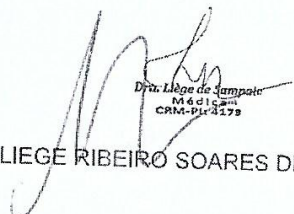
Achados:

Fratura completa, oblíqua, desalinhada, localizada na região metafisária distal do rádio.  
Avulsão do processo estilóide ulnar.  
Aumento do volume e da densidade das partes moles do punho.


### IMPRESSÃO DIAGNÓSTICA:

Fratura completa, oblíqua, desalinhada, localizada na região metafisária distal do rádio.  
Avulsão do processo estilóide ulnar.  
Aumento do volume e da densidade das partes moles do punho.

Av. Hino Chinha, 1842 - Juntas - Teresina/PI  
CEP 64014-220 - CNPJ 07.414.159/0001-25

  
LIEGE RIBEIRO SOARES DE SAMPAIO  
CRM: 4173

Telefone: (86) 3227-6265  
Fax (86) 3216-1520

  
FERNANDO GUIMARAES ANDRADE  
RGPM/05.193.193-2/ Mai 14495-9  
Chefe do Setor do Arquivo Técnico

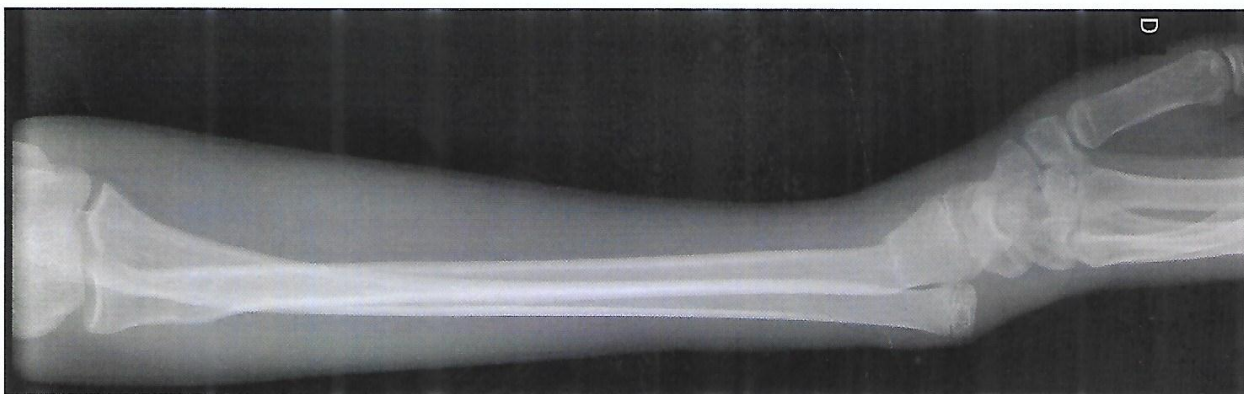
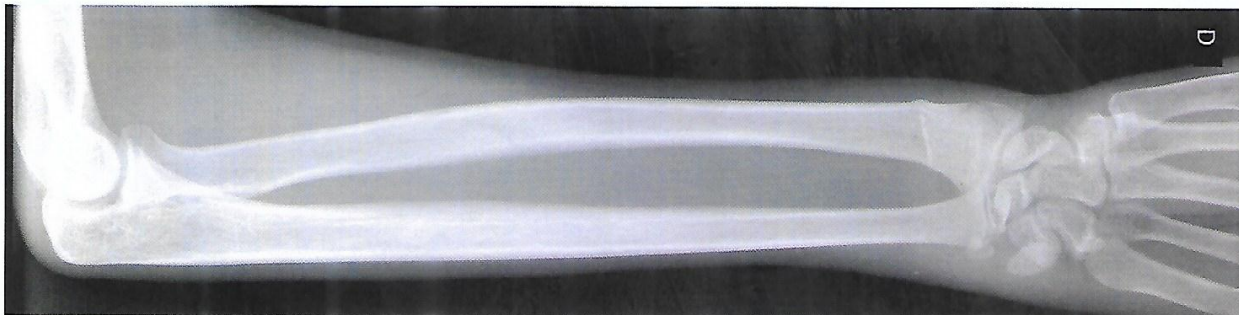




ID: 164318  
Paciente: JHONATHAS KAMAN FREIRE ALVES  
Idade: 016Y  
Sexo: M

HPM

Hora: 08:24  
Exame: 02/09/2019



*Henrique Reis*  
Henrique Reis 1º TEN PM  
RGPM 105.193.193-27 Mat. 14495-9  
Chefe do Setor do Arquivo Técnico

